

Introdução

II. Fale do realizado, se quiser; contudo, durante o decorrer do trabalho, não leia nada dele para outros. Toda satisfação que você se proporciona através disso bloqueia seu ritmo. Com a observância desse regime, o crescente desejo de comunicação acaba tornando-se motor do acabamento.

Benjamin, 1995, p.30

Desafio. Palavra polissêmica principalmente num momento tão complexo e prazeroso, ambíguo e mágico que caracteriza a escrita de uma dissertação no qual um conjunto de palavras busca dar conta de um exercício que engloba ações, condutas, olhares, reflexões e muitos outros vieses.

Benjamin (1995, p.16), em “Porcelanas da China”, analisa a arte chinesa de copiar livros e compara a escrita de um texto com o percurso de uma estrada e assinala que, *“a força da estrada do campo é uma se alguém anda por ela, outra se a sobrevoa de aeroplano. Assim também é a força de um texto, uma se alguém o lê, outra se o transcreve”*. Parafraseando o autor, apresento a você, leitor, nas linhas e entrelinhas desse texto minha experiência de ter percorrido a estrada e ao seu comando experimentado cada uma de suas voltas, distâncias, belvederes, clareiras e perspectivas.

Tudo começou em 2004, quando no curso da graduação em pedagogia (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ), optei pela habilitação de magistério em Educação Infantil e das Disciplinas Pedagógicas. Essa opção entretanto, representava um novo caminho pois, apesar de já trabalhar como auxiliar administrativo em uma escola pública de Ensino Fundamental, esse foi o meu primeiro contato direto com as questões e desafios do atendimento à criança pequena.

A partir daí, a trajetória que se desenhava foi ganhando novos percursos e em 2006 ingressei no “Curso de Especialização em Educação Infantil: As perspectivas de trabalho em creches e pré-escolas”, na PUC-Rio, onde atuei com monitora, sendo posteriormente convidada a integrar a equipe técnica do INFOC (Grupo de Pesquisa – Infância, Formação e Cultura) como bolsista de apoio técnico (CNPQ), coordenado pela professora Sonia Kramer, na pesquisa intitulada: “Crianças e adultos em diferentes contextos: a infância, a cultura contemporânea e a educação”.

Esse novo lugar desencadeou a abertura de outros caminhos. Como pesquisadora, tive a oportunidade de conhecer e aprofundar estudos teóricos sobre a infância, as políticas de atendimento à criança de 0 a 6 anos e, ainda experimentar as práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica num período de observações do cotidiano de crianças e adultos em uma das escolas da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, que atende turmas de pré-escola junto ao Ensino Fundamental.

Nesse mesmo período fui convidada a integrar a equipe da Secretaria Municipal de Educação do município no qual trabalhava, onde pude compartilhar aprendizagens e construir conhecimentos.

Essas observações e vivências desencadearam inquietações, reflexões e fizeram emergir questões relativas às políticas, às práticas e ações que se instauram na esfera macro e se refletem na organização e dinâmica cotidiana das escolas. Entre essas questões a implantação de turmas de Educação Infantil – e mais diretamente a pré-escola - em escolas de Ensino Fundamental foi aquela que me inquietou e me levou a ousar começar esta pesquisa.

Num percurso inicial de reconhecimento da estrada, as reflexões em relação às interações entre adultos e crianças/ crianças e crianças nos espaços das escolas de Ensino Fundamental com turmas de Educação Infantil culminaram no trabalho monográfico *“Eu e o Outro - Reflexões sobre a diversidade e o preconceito no contexto escolar”*, apresentado ao programa de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Educação da PUC- Rio como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Infantil. Entretanto, dada a multidimensionalidade do tema que emerge das questões políticas nacionais (macro), repercute nas municipais (meso) e perpassa o espaço e as relações na escola (micro), fui conduzida a um estudo mais denso e veio a se tornar o horizonte da pesquisa ora apresentada.

Reiniciando o percurso, tendo em vista que, na atual conjuntura político/educacional, o direito à Educação Infantil vem sendo pauta de importantes mudanças, direito que antes se situava na esfera da luta por direitos e se configurava como opção da família, deparei-me com uma nova perspectiva: na efervescência das atuais mudanças, o direito assumiu a condição de dever/obrigação da família. Tal mudança de paradigma consolidou-se na aprovação da Emenda Constitucional (EC) 059/2009 que legitimou a Educação

Básica obrigatória de 4 a 17 anos, incluindo o atendimento à pré-escola na pauta da obrigatoriedade do ensino no país.

Com a síntese exposta, fica claro que minha decisão de desenvolver essa pesquisa, escrever seus caminhos e resultados está atrelada à tendência que escolhi – a Educação Infantil enquanto direito de toda criança.

Essas páginas imprimem o meu compromisso com a tendência escolhida e com a qualidade da produção.

Política pública, políticas educacionais, programas, planos, entre outros são temas que, na atualidade, ecoam no cenário acadêmico como objetos de importantes estudos, entre os quais podemos destacar Alves (2007), Arelaro (2007), Dourado (2007), Franco et.alii (2007), Cury (1997, 2007), Cunha (1991, 1995), Davies (2000, 2004, 2008), Kramer (1982, 2001, 2005), Oliveira (1995, 2002, 2007).

A abertura democrática, a reorganização política e sua efervescência caracterizam o cenário político brasileiro aos finais dos anos 80 e início dos 90. Momento em que o Brasil viveu um intenso processo de inovação e experimentação condicionado pelas principais mudanças político-econômicas ocorridas no país. Em consonância, as políticas educacionais desde então vem passando por uma série de transformações e, em decorrência, alguns segmentos que eram invisíveis nesse contexto passam a ganhar visibilidade, elevados a condição de prioridade.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, entre as principais mudanças nas políticas educacionais podemos destacar:

1- a descentralização administrativa promovida pela Constituição Federal de 1988 no contexto geral, e a transferência do atendimento em creches do sistema assistencial para o sistema educacional;

2- Promulgação da Lei 9394/96 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e reconheceu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica;

3- a criação do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF- Emenda Constitucional nº 14 de 12 de setembro de 1996, regulamentada pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano) que, após um período de dez anos de vigência, foi reformulado resultando no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB – Emenda Constitucional nº 53 de 19 de dezembro de 2006) em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020;

4- a elaboração de um Plano Nacional de Educação (Lei nº 10172/2001-PNE/2001), em vigência até 2011.

Contudo, em um país caracterizado pela desigualdade e injustiça social, esses importantes acontecimentos não impediram que a existência de um período de ensino obrigatório e de uma modalidade considerada fundamental levasse as demais etapas educacionais (Educação Infantil, Ensino Médio e EJA) a serem deixados à margem das políticas.

Dez anos após a aprovação da LDB e o reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, essa condição começou a se alterar. Com a universalização do atendimento ao Ensino Fundamental consolidada e a ampliação da Educação Básica obrigatória que, nesse período, passa a ter nove anos de duração – Lei nº 11274/2006 - e posteriormente tem a sua duração estendida para treze anos – Emenda Constitucional 059 de 11 de novembro de 2009 –, a Educação Infantil passa a adquirir novos contornos. Algumas questões suscitadas a partir desse momento é tema de interesse desse estudo e vão ao encontro de sua questão central e de seus objetivos.

Assim, o objetivo da pesquisa é identificar como vem se consolidando na esfera municipal, responsável pelo atendimento a essa etapa, o processo de configuração, implantação e implementação das políticas de atendimento à criança de quatro e cinco anos a partir das recentes mudanças; qual a concepção de infância e Educação Infantil dos atores envolvidos na elaboração, implantação e implementação dessas políticas; quais os documentos norteadores da política, qual o contexto do processo decisório da política, quem são os atores nela envolvidos.

A dissertação apresenta o quadro histórico-político nacional dessa etapa da Educação Básica com o foco na faixa etária de 4 e 5 anos que é atendida na pré-escola e seleciona como ponto de parada um município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro onde foi desenvolvida pesquisa com o objetivo de: a) conhecer a situação da Educação Infantil no município; b) identificar as principais políticas locais para o atendimento à criança de 4 e 5 anos; c) identificar os critérios de seleção dos espaços e sua organização e, d) conhecer de que forma as

especificidades das crianças da faixa etária de pré-escola são contempladas na constituição desses espaços.